

## **ANALISE DO DESEMPENHO ECONOMICO DAS EMPRESAS DE LONDRINA PELAS DECLARAÇÕES FISCO-CONTÁBEIS: Ambiente de Crescimento ou Estagnação?**

**CARLOS ALBERTO RIBAS**

USP - Universidade de São Paulo  
carlosribas9@gmail.com

**ANTONIO CARLOS AIDAR SAUAIA**

USP - Universidade de São Paulo  
asauaia@usp.br

O agradecimento é para os colegas de trabalho que contribuíram com o acesso ao banco de dados e aos colegas doutorandos pela contribuições de estruturação da ideia e principalmente ao prof. Dr. Sauaia pelo incentivo.

Título

## **ANALISE DO DESEMPENHO ECONOMICO DAS EMPRESAS DE LONDRINA PELAS DECLARAÇÕES FISCO-CONTÁBEIS: Ambiente de Crescimento ou Estagnação?**

Resumo

Londrina é maior cidade do interior do Paraná e conta com mais de 500 mil habitantes. Já foi considerada pelo seu desempenho econômico a capital mundial do café. Entretanto, não tem uma atividade ou setor chave que alavanque a sua economia desde que acabou o ciclo do café. Nesse ambiente há uma grande **dificuldade** em conhecer a atividade econômica da micros e pequenas empresas, já que as Micros e Pequenas Empresas MPEs respondem boa parte do PIB local e não recebem incentivos suficientes por parte dos órgãos responsáveis pelo seu desenvolvimento. Portanto, as MPEs de Londrina podem representar uma força ainda maior na atividade econômica local. O objetivo desse estudo foi descrever o desempenho econômico dos setores industriais e comerciais da MPEs de Londrina entre 2000 e 2005. Como conceito principal abordou-se a obra de Schumpeter, a Teoria do Desenvolvimento Econômico. Para tanto se tratará o banco de dados das Declarações Fisco Contábeis DFCs avaliando suas saídas, entradas, e a diferença entre elas, o valor adicionado. A situação esperada se confirmou já que Londrina tem nas MPEs uma participação importante na sua riqueza total representada pelo seu Produto Interno Bruto PIB desses anos, inclusive acompanhando o crescimento desse indicador ao longo do período. Os cálculos desse estudo apontaram para um desempenho superior das MPEs de Londrina PR nos novos indicadores: o **Índice de Geração de Riqueza iGR**, de 24,5% em 2001 para **35,9%** em 2005 e no indicador **Valor Adicionado Das Micro E Pequenas Empresas VAMPEs** pelo qual o resultado apurado foi de uma participação dessas empresas na riqueza total da cidade de aproximadamente **15%**.  
Palavras-chave: Microempresa; Declarações Fisco Contábeis; Desempenho Econômico.

### **Introdução**

O Brasil mais recentemente adotou um tratamento diferenciado às Micros e Pequenas Empresas MPEs, exigência colocada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pelas leis que introduziram esse tratamento. Especificamente foram a Lei Complementar LC 123/2006, a chamada Lei Geral da Micro e Pequena Empresa, e a LC 128/2008 que modificou a Lei Geral e instituiu a figura do Microempreendedor Individual MEI, que abordaram o tratamento diferenciado às MPEs de forma mais aprofundada. Em poucos anos os MEIs atingiram números expressivos na formalização de seus negócios conforme se vê na figura 1, que traz também a distribuição dos MEIs em unidades da federação com maior intensidade. Doravante se abordará tanto MEIs quanto PME's pela sigla PME's.

Os entes federados, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, iriam incentivar as MPEs pela simplificação de suas obrigações administrativas, tributárias, previdenciárias e creditícias, ou pela eliminação ou redução destas.

Embora agora o Brasil se prepare para incentivar mais efetivamente o empreendedorismo as iniciativas parecem tímidas e não aliam desde já, concomitantemente às iniciativas atuais, ações que atendam às demandas sabidas das MPEs como de mais informações setoriais.

Londrina é maior cidade do interior do Paraná e conta com mais de 500 mil habitantes. Já foi considerada pelo seu desempenho econômico a capital mundial do café. Entretanto, não tem uma atividade ou setor chave que alavanque a sua economia desde que acabou o ciclo do café.

Nesse ambiente há uma grande **dificuldade** de se fazer uma leitura do desempenho econômico para se implementar uma política pública de apoio a uma atividade econômica.

A política pública aqui lembrada é o apoio ao empreendedorismo, já que as MPEs respondem por mais de 15% do PIB local e não recebem incentivos suficientes por parte dos órgãos responsáveis para o seu desenvolvimento.

Os resultados alcançados nesse estudo permitem sugerir políticas para as organizações participantes do setor do vestuário de Londrina e suas relações com outros agentes, sejam estas concorrentes, fornecedores, clientes, órgãos de apoio, promovendo o desenvolvimento local e regional pela expressividade do setor do vestuário. Com isso, espera-se trazer uma contribuição teórica para a gestão de negócios, mas ainda prover contribuições de ordem prática, como informações, que auxiliem na gestão empresarial no delineamento de políticas públicas regionais, na realização de ações institucionais diversas ou ações coletivas por parte dos empresários desse setor.

Desde o início de seus dias Londrina tem a marca da educação e empreendedorismo de seu povo. Grandes empresas, algumas de faturamento bilionário, surgiram nessa cidade e prosperaram ao ponto de serem representativas em todo o país, tais como a indústria Cia Cacique de Café Solúvel, a Viação Garcia, a universidade UNOPAR, a administradora Consorcio União, companhia de insumos Belagricola, a Cooperativa Integrada, a construtora Plaenge, entre outras, fundadas por empreendedores locais. Jornal de Londrina (2015)

A atividade econômica das MPEs em Londrina enseja estudos para que seja explicado e entendido. Estudar o perfil desses empreendedores fará parte desse estudo como parte integrante. Mas, a relevância maior é o que se descortina para os próximos tempos, já que temos nesse contexto milhões de empreendedores que necessitam tanto de qualificação, formação em gestão, quanto de crédito acessível para suas atividades.

Esse estudo aborda o desempenho econômico dos setores industriais e comerciais de Londrina PR entre 2000 e 2005, em especial as MPEs. Logo, os conceitos fundamentais para explicar esse desempenho passam por entrada e saída de recursos, a diferença entre esses o valor adicionado e algumas correlações, tais como percentual de valor adicionado correlacionado com índice de representatividade de das indústrias do vestuário com o total da riqueza econômica produzida em dada ano. O estudo apresenta dois novos indicadores extraídos das DFCs como contribuição para a área da economia das organizações.

## **Referencial teórico**

*Empreendedorismo* Esse estudo aborda o fenômeno empreendedorismo. Logo, é imprescindível conceituá-lo. Para esse propósito, e antes disso, é necessário abordar conceitos de empreendedor e de atividade empreendedora que nos propostos por Ahmad e Seymour (2008, p.13). Para esses autores empreendedor é o empresário que procura gerar valor através da criação ou expansão da atividade econômica pela identificação e exploração de novos produtos, processos e mercados. A atividade empreendedora é a ação humana nessa busca por criar valor. Por fim empreendedorismo é o conjunto de fenômenos associados a atividade empreendedora.

*Destruição Criativa* Schumpeter (1961, pp.110-113) apresentou o conceito, do que chamou de mutação industrial, num processo que revoluciona incessantemente a estrutura econômica a partir de dentro, destruindo o antigo e criando novos elementos. Para isso exemplificou que pode ocorrer através da abertura de novos mercados, estrangeiros e domésticos, e a organização da produção. Para o autor essas revoluções não são permanentes, pois, ocorrem em explosões discretas, separadas por períodos de calma relativa. O processo jamais pára havendo sempre uma revolução ou absorção dos resultados da revolução, o que é conhecido como ciclo econômico.

O problema usualmente estudado é o da maneira como o capitalismo administra a estrutura existente, ao passo que o problema crucial é saber como ele a cria e destrói. Na realidade capitalista o que conta é a concorrência de novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento, novo tipo de organização.

*Fluxo Circular* Shumpeter (1997, pp. 29-31) exemplificou que a economia funciona em fluxos circulares de recursos promovendo o desenvolvimento econômico, quando escreveu que a quantidade de carne que o açougueiro vende depende de quanto o alfaiate, seu cliente, comprará e a que preço. O alfaiate depende do poder de compra de seu freguês, o sapateiro, cujo poder de compra depende das pessoas para quem produz, até que cheguemos a alguém que tenha renda venda de seus bens ao açougueiro. Podemos imaginar que, ao fim do período econômico, os produtos de todos os indivíduos formam em certo lugar uma pilha que é então distribuída segundo certos princípios. Podemos então dizer que cada indivíduo lança sua contribuição nesse grande reservatório social e posteriormente recebe algo dele.

*Crescimento da Firma* Para Penrose (1959) a firma é um conjunto de recursos materiais produtivos, como as instalações, equipamentos, recursos do solo e naturais, matérias-primas, bens semi processados, refugos e subprodutos, além dos estoques não-vendidos de produtos acabados. Há também os recursos humanos disponíveis numa firma, a sua força de trabalho qualificada ou não, além de um pessoal de caráter burocrático, administrativo, financeiro, jurídico, técnico e gerencial.

A motivação da busca pelo lucro é a remuneração do capital dos investidores, logo, os dividendos precisam ser pagos para manter a firma atrativa para investidores como fontes de recursos futuros.

Contudo, Penrose (1959) defende que o mais plausível, entre os diversos pressupostos possíveis, é de que do ponto de vista de uma política de investimentos, o crescimento e os lucros tornam-se equivalentes como critérios para a seleção de programas de investimento. O incremento dos lucros totais a longo prazo da empresa é, portanto, equivalente ao incremento de sua taxa de crescimento a longo prazo.

Ocorre, entretanto, que uma firma não está obrigada a pagar mais dividendos do que estabelecido em lei e normas. O crescimento das firmas poderá ser mais bem explicado se considerarmos que as decisões de investir são guiadas por oportunidades de ganhar dinheiro ou em outras palavras, que as firmas estão à procura de lucros. (PENROSE, 1959)

*Risco Incerteza e lucro* Knight (1921) abordou a incerteza e o risco procurando defini-los de forma que a primeira pudesse ser transformada na segunda usando-se de cálculos de probabilidades, diminuindo-se o grau de incerteza. O resultado disso seria o lucro, ou seja, o

valor residual determinado pelo lance marginal dos empresários após da dedução do pagamento dos fatores. A sociedade moderna é organizada com base na teoria que os homens prevêm o futuro mais eficazmente os resultados para si do que para outrem.

Para Knight (1921) o produtor deve estimar 1) a procura futura que ele pretende satisfazer e 2) os resultados futuros de suas operações para satisfazer a procura. O aventureiro tem uma opinião quanto ao resultado. Se ele está inclinado a fazer o empreendimento, esta opinião é uma expectativa de um certo ganho definido ou uma crença na probabilidade real de um ganho maior.

Os lucros totais aumentarão com cada acréscimo de investimento que gerar um rendimento positivo, independentemente do que ocorrer com a taxa de rendimento marginal dos investimentos, e as firmas vão querer expandir-se o mais rápido possível, a fim de tirar proveito das oportunidades de expansão que considerarem lucrativas.

Os lucros seriam desejados para o próprio proveito da firma e para gerar mais lucros através da expansão. Esta proposição, aqui apresentada cruamente, poderá parecer implicar um comportamento extremado e quase irracional. (KNIGHT, 1921)

*Estrutura de mercado* Para Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 222) os mercados perfeitamente competitivos são aqueles em que as empresas vendem quantidades muito pequenas em relação ao total do mercado e suas decisões de produção e preço não influenciam esse mercado, ou seja, essas empresas são aceitadoras de preços. O custo marginal mede a taxa de variação do custo, isto é,  $\Delta C/\Delta Q$  e um tomador de decisões pode estar interessado nele porque ele mostra o acréscimo no custo total do acréscimo de uma unidade de produção. (BESANKO & BRAEUTIGAM: 2002 p. 522)

Os conceitos contábeis para a elaboração dos indicadores são apresentados na metodologia a seguir

## **Metodologia**

Nos procedimentos metodológicos da pesquisa, a seguir, explicitam-se as questões relativas à pesquisa no que se refere ao seu tipo, dimensão, tempo, a classificação das empresas quanto ao porte e atividade principal e fonte de dados secundários.

A pesquisa é classificada como descritiva. De acordo com Richardson (1999), as pesquisas descritivas têm como objetivo investigar as características de um fenômeno, com a possibilidade de ordená-lo. Este estudo procura responder qual foi o desempenho da Indústria do vestuário de Londrina PR entre 2001 e 2005, pelas Declarações Fisco Contábeis DFCs, comparando-o ao desempenho econômico brasileiro. Ela limitar-se-á a detectar o que aconteceu, não manipulando variáveis e obtendo-se como resultado um controle de variáveis, que Gil (2002) e Cooper e Schindler (1995) consideram “*ex-post-facto*”.

Segundo Gonçalves (2007, p. 66) a pesquisa pode ser elaborada com procedimento de coleta de dados baseado em documentos. Esse estudo segue esse formato, pois, utilizou-se do bando de dados das Declarações Fisco Contábeis DFCs,. Esse bando de dados apresenta o movimento de Saídas, Entradas e Valor Adicionado de todas as empresas comerciais e industriais de Londrina. As **quantidades** de cada tipo de tamanho de empresa estão representadas no quadro 1. Com ele pode-se selecionar um determinado grupo de empresas da cidade, que nesse estudo foi escolhido o setor da indústria do vestuário. Com isso pode-se analisar o valor total do movimento do setor da indústria com o total das empresas locais. Essa quantidade de empresas das mais diversas atividades e setores confirmam o que Pindyck e Rubinfeld (2006, p. 222) que tratam-se de mercados competitivos com empresas vendendo quase sempre pequenas quantidades de produtos.

O uso de novos bancos de dados, como as DFCs, pode enriquecer a análise da economia de um setor da indústria. Nesse estudo estabeleceram-se dois novos indicadores econômicos, numa leitura do ambiente local dessa indústria, apresentados nos quadros 1 e 3, mais adiante. A tabela 2 a seguir representa um recorte do banco de dados da DFC de 2005 do setor da Indústria que se estuda. Em seguida, se descreve os dois indicadores elaborados nesse estudo.

**Tabela 1 Tamanho das Empresas**

Tipo	<sup>1</sup> Receita máxima anual R\$
<b>Microempresa e Empresa de Pequeno Porte MPE</b>	2.400.000
<b>Empresas de Média Porte</b>	Acima de 2.400.00 até 60.000.000
<b>Empresas de Grande Porte</b>	Acima de 60.000.000

<sup>1</sup>Classificação em vigor no período de 2000 a 2005.

Fonte: Brasil-a e Brasil-b, 2015

Segundo a legislação tributária o tamanho de uma empresa micro ou pequena empresa é aquela que tem receita bruta de até R\$ 2,4 milhões ao ano. Acima desse valor até R\$ 60 milhões o porte da empresa é médio e acima desse valor trata-se de uma empresa de grande porte. Portanto quando se abordar as MPEs refere-se a empresas que tiveram receita bruta até R\$ 2,4 milhões e acima desse valor e mesmo acima de R\$ 60 milhões consideram-se empresas Médias e Grandes, tudo isso considerando que a receita é anual e o período analisado de 2000 a 200, conforme tabela 1.

## **Instrumentos de coleta de dados e indicadores**

### **As Declarações Fisco Contábeis do Paraná**

Poucos estudos fazem uso de banco de dados secundários originados de órgãos públicos de tributação. Esse estudo usa as Declarações Fisco Contábeis, em alguns momentos nesse estudo nomeadas apenas por DFCs, são obrigações tributárias acessórias exigidas dos empresários do comércio e da indústria no Estado do Paraná, conforme artigos 45 e 46 da lei 11.580/1996 e o artigo 271 do Decreto 6.808/2012. As DFCs apresentam os valores de entradas e saídas de mercadorias de um exercício contábil de uma empresa. Pela fórmula de cálculo do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços ICMS é necessário encontrar a base desse cálculo confrontando as entradas com as saídas de mercadorias da DFC de cada empresa e a partir de um resultado positivo, chamado de valor adicionado, aplicar a alíquota do ICMS, definindo assim o valor do ICMS a ser recolhido por essa empresa.

Note-se que as DFCs não apuram o lucro líquido de cada empresa sim o valor adicionado por cada uma delas. Entretanto, para esse estudo, o valor adicionado tem sua importância de apontar um resultado que se assemelha ao lucro bruto, esse definido na lei das Sociedades Anônimas S/A 6.404/1976. O valor adicionado subtraído de impostos incidentes sobre venda resulta no lucro bruto.

**Tabela 2 Exemplificação do banco de dados das Declarações fisco contábeis**

Posição da empresas	Nº CNAE	2005 % do total de VA	Valor das Saídas em R\$	Valor das Entradas em R\$	Valor Adicionado em R\$
01	1.812.001	0,7111	48.227.191	22.275.799	25.951.392
02	1.811.201	0,2704	39.029.673	29.161.391	9.868.282
...	...	...	...	...	...
253	1.811.201	0,0000	665	665	0

CNAE = Classificação Nacional de Atividades Econômicas

VA = Valor Adicionado

Fonte: Declarações Fisco Contábeis 2001 a 2005

### Valor Adicionado

*VAMPE* O valor adicionado é por si um indicador, pois, calcula em valores absolutos qual foi o desempenho de uma empresa confrontando as saídas com as entradas de mercadorias em um determinado período, conforme se pode verificar na quadro 1. Entretanto, é o valor percentual das PMEs perante o total da riqueza da cidade, que é o valor adicionado do município, a maior contribuição desse indicador. Ele servirá para comparar o desempenho entre as empresas de um setor ou mesmo de outros setores. Para esse indicador daremos o nome de **Índice de Representação VAMPE**, representado no quadro 1 a seguir, e verificado na 3º coluna da tabela 2, % com subtítulo % do total de VA.

**Quadro 1 Índice de Representação <sup>1</sup>VAMPE**

$\frac{\text{Valor Adicionado MPEs}}{\text{Valor Adicionado total cidade}} \times 100 = \% \text{ VAMPE}$
---

<sup>1</sup> VAMPE = Valor Adicionado da Micro e Pequena Empresa MPE

Fonte: Elaborado pelo autor

As DFCs contribuem, também, no cálculo do total do valor adicionado de todas as empresas de um determinado município, em outras palavras, esse total representa o quanto foi gerada de riqueza econômica pelas atividades comércio e indústria num determinado período. Tal cálculo apura o quanto cada município contribuiu com o valor adicionado de todo o estado e define os repasses de ICMS pelo Estado do Paraná que cabem a cada município pela sua participação no total.

Para esse estudo é necessário conceituar também receita operacional bruta ROB (que comparemos às Saídas das DFCs), custo da mercadoria vendida (que se assemelha às entradas das DFCs) e margem bruta (que se assemelha ao valor adicionado das DFCs). Esses institutos contábeis são regulamentados em legislação federal, em especial a lei 6.404/1976 a Lei das Sociedades Anônimas (BRASIL, 2015d). A partir do parágrafo 187 essa lei define o que é a Demonstração do Resultado do Exercício e que ela discriminará: i) a **receita bruta das vendas e serviços**, as deduções das vendas, os abatimentos e os impostos; ii) a receita líquida das vendas e serviços, o **custo das mercadorias e serviços vendidos e o lucro bruto**; iii) - as despesas com as vendas, as despesas financeiras, deduzidas das receitas, as despesas gerais e administrativas, e outras despesas operacionais; iv) o lucro ou prejuízo operacional, as outras receitas e as outras despesas; v) o resultado do exercício antes do Imposto sobre a Renda e a provisão para o imposto; vi) as participações de debêntures, empregados, administradores e partes beneficiárias, mesmo na forma de instrumentos financeiros, e de instituições ou fundos de assistência ou previdência de empregados, que não se caracterizem como despesa e vii) o lucro ou prejuízo líquido do exercício e o seu montante por ação do capital social.

Os dispositivos contábeis da DRE e da DFC se assemelham, embora, nesse estudo não se assume a identificação total dos termos, conforme se demonstra no quadro 2. A Receita Operacional Bruta tem o mesmo conceito das saídas, ou seja, o montante das vendas da empresa em dado período. As entradas só não tem o mesmo valor das entradas em todas as situações nesse estudo, porque para ela é considerada apenas o movimento de mercadorias. O custo do produto vendido CPV das empresas industriais considera outros gastos de fabricação, alguns que não são registrados como entradas pelas DFCs. Daí não se pode considerar para as entradas todos os valores do CPV. Há, também, uma semelhança do Lucro bruto com o Valor Adicionado, entretanto, esses dispositivos não são a mesma coisa. Para se considerar Lucro Bruto o valor do ROB tem de ser subtraído de CMV/CPV (entradas) e outros itens principalmente a tributação sobre as vendas.

#### Quadro 2 Comparação dos dispositivos contábeis

DRE	DFC
Receita Operacional Bruta <b>ROB</b>	→Saídas
Custo da Mercadoria/ Produto Vendido(o) <b>CMV/CPV</b>	→Entradas
Lucro Bruto <b>LB</b>	→Valor Adicionado

DRE = Demonstração do Resultado do Exercício Lei 6.404/76 (BRASIL, 2015)

DFC = Declaração Fisco Contábil Lei 11.580/96 (PARANÁ, 2015)

Fonte: Elaborado pelo autor

*iGR* Outro indicador oferecido pela DFC é o fator de representatividade de cada empresa no montante do valor adicionado. Esse indicador é obtido dividindo-se o valor adicionado da empresa pelo valor adicionado total do município. Assemelha-se ao lucro bruto da DRE, citada anteriormente Para esse indicador daremos o nome de **Índice de Geração de Riqueza iGR e sua** apresentação e o cálculo do índice verifica-se no quadro 3.

### Quadro 3 Índice de Geração de Riqueza iGR

$\frac{\text{Valor adicionado da Empresa}}{\text{Valor da Saída da Empresa}} \times 100 = \% \text{ iGR}$
---

Fonte: Elaborado pelo autor

### Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE

As DFCs trazem em seus dados os códigos de classificação para cada empresa. Logo, explica-se que princípio geral que norteou a subdivisão das classes da Classificação Nacional de Atividades Econômicas CNAE durante a construção da primeira versão da CNAE foi o atendimento de necessidades da administração tributária. Entretanto, tal classificação facilita a identificação da atividade das empresas em estudo. A seguir discorre-se sobre a origem e regulamentação da CNAE.

A tabela de códigos e denominações da subclasse da CNAE-Fiscal (CNAE Subclasses), foi oficializada em publicação da Resolução IBGE/CONCLA 01/98, no Diário Oficial da União 26/06/1998. A versão da CNAE-Fiscal 1.1 foi divulgada mediante Resolução CONCLA nº 07 de 16/12/2002, publicada no Diário Oficial da União em 24/12/2002, que ficou em vigor até o final de 2006, logo abrange o período desse estudo. A tabela de códigos e denominações da subclasse CNAE está disponível no site da CONCLA e de outros órgãos usuários. A CNAE seguida nesse estudo é demonstrada no quadro a seguir.

### Quadro 4 Resoluções CNAE

Versão CNAE	Resolução	Aprovada em
1.0	IBGE/CONCLA 01/98	26/06/1998
1.1	CONCLA 07/2002	16/12/2002

Fonte: Site do Governo do Paraná. (CNAE, 2015)

A base de dados trabalhada nesse estudo refere-se aos anos de 2001 a 2005, logo, as versões da classificação Nacional da Atividade Econômica foram a 1.0 e 1.1. Para a identificação da atividade do vestuário foram consideradas as seguintes classificações:

- 151 a 369 Indústria de transformação
- 501 a 525 Comércio

Portanto, esse estudo não se trata de toda e qualquer empresa e atividades possíveis no Brasil e em Londrina. Trata-se da descrição do desempenho econômico levando em conta as atividades disponíveis nas DFCs, quais sejam, as atividades industriais e de comércio na cidade de Londrina. As empresas prestadoras de serviços, por exemplo, não fazem parte desse estudo.

### Discussão dos Resultados

O fenômeno empreendedor em Londrina pode ser percebido no crescimento do número de empresas. Esse ciclo tem aderência ao que descreveu Schumpeter (1961, pp.110-113) que as revoluções não são permanentes, pois, ocorrem em explosões discretas, separadas por períodos de calma relativa. O processo jamais pára havendo sempre uma revolução ou

absorção dos resultados da revolução, o que é conhecido como ciclo econômico. Destaca-se na tabela 3 o aumento de 318 para 507 Médias e Grandes empresas no período inaugurando um ciclo com um aumento de quase 60% em poucos anos ou quase 200 novas empresas com receita acima de R\$ 2,4 milhões ao ano.

**Tabela 3 Número de empresas comerciais e industriais de Londrina por tamanho**

Número de Empresas	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Londrina</b>						
<b>Com/Ind MPEs</b>	8334	8401	8298	8345	8585	8905
<b>Com/Ind Médias e Grandes</b>	318	346	391	454	494	507
<b>Total</b>	8652	8747	8689	8799	9079	9412

**Fonte: Declarações Fisco Contábeis de 2000 a 2005**

Na tabela 3 verifica-se o desempenho das empresas comerciais e industriais de Londrina tomando-se os dados dos anos de 2000 a 2005. A variação total das saídas de todas as empresas comerciais e industriais foi 78%. O valor adicionado subiu 61,1% no mesmo período. Considerando o índice de inflação IPCA de 50,61%, no mesmo período, é possível afirmar que as receitas dessas empresas de Londrina conseguiram acompanhar os preços e evitar perdas entre 2000 e 2005.

**Tabela 4 Valor das Saídas das empresas de Londrina em milhões R\$**

Saídas	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>MPEs Com/Ind.</b>	1.315	1.445	1.544	1.718	1.833	1.937
<b>Médias e Grandes</b>	6.238	7.257	8.498	9.442	11.133	11.129
<b>Total</b>	7.554	8.701	10.042	11.160	12.966	13.066

**Fonte: Dados das Declarações Fisco Contábeis 2000 a 2005**

VA= Valor Adicionado

Fonte: Declarações fisco/contábeis 2000 a 2005.

As PMEs tiveram crescimento em saídas menor do que o desempenho global das empresas londrinenses, conforme tabela 4. Analisando os dados temos que o desempenho dessas empresas entre 2000 e 2005 apresenta um crescimento das saídas de 26% e um crescimento valor adicionado de 196%, dado um crescimento nas saídas e uma estabilização dos valores de entradas. Entretanto, as indústrias do vestuário tiveram desempenho bastante superior no crescimento percentual do valor adicionado Isso nos permite considerar que os empresários conseguiram eficiência na alocação de recursos e melhoraram o seu desempenho competitivo nesse período.

Considerações sobre as PMEs de Londrina

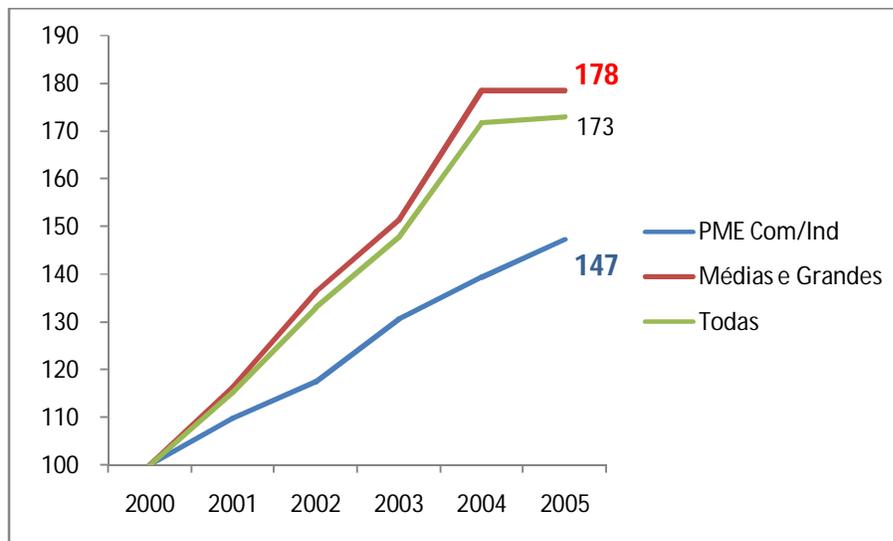
O ambiente das PMEs em Londrina se apresenta não tão favorável como se supunha. Esperava-se que sua representatividade na economia local pudesse ser maior. A força do empreendedorismo no Brasil é revelada nos números de empregos, receitas e impostos tal como o SEBRAE (2015) aponta.

Em 2005, a soma das saídas da PMEs comerciais e industriais de Londrina somou R\$ 598 milhões, média de R\$ 67 mil, VA de R\$ 103 mil, e apenas 1343 unidades. As empresas comerciais tiveram nesse ano R\$ 1.584 milhões de saídas, média de R\$ 209 mil e VA de R\$

61 mil, e 7561 empresas. A maior média de saídas e de VA sugere que a pequena indústria é melhor negócio.

Na figura 2, adiante, percebe-se que as PMEs cresceram menos que as médias e grandes empresas em Londrina. O aumento das últimas foi de 78% enquanto das PMEs de 47%. Entretanto, as PMEs estão com tendência de alta enquanto as MG tem tendência de estabilização.

**Figura 2 Valor da Saídas das empresas de Londrina base 100 no ano 2000**



Fonte: Dados das Declarações Fisco Contábeis 2000 a 2005

A tabela 5 traz a relação percentual de saídas de cada categoria de empresas do montante de todas as empresas comerciais e industriais das DFCs. O mesmo se aplica para o valor adicionado VA nas duas linhas finais. As MPEs representam menos em saídas que as Médias e Grandes, 15% a 85%, revelando o grande peso que tem as médias e grandes nessa comparação. O crescimento das MPEs dependerá de mais esforço.

No VA as MPEs tem maior peso, 23% a 77%, dando a idéia que tem melhor poder de definição de preços nessa estrutura de mercado de competição perfeita. Pindyck e Rubinfeld (2006)

**Tabela 5 Percentual das PMEs e das Médias e Grandes perante os valores de Saídas e do VA de Londrina**

%	2000	2001	2002	2003	2004	2005
<b>Saídas MPEs Com/Ind.</b>	17	17	15	15	14	15
<b>Saídas Médias e Grandes</b>	83	83	85	85	86	85
<b>VA MPEs Com/Ind.</b>	22	23	21	21	20	23
<b>VA Médias e Grandes</b>	78	77	79	79	80	77

Fonte: Dados das Declarações Fisco Contábeis 2000 a 2005.

As PMEs tiveram as suas taxas de crescimento menores que as Médias e Grandes ao longo do período de 2001 a 2004, entretanto em 2005 cresceram 5,68% enquanto as Médias e Grandes decresceram 0,04%, o que pode ter se tornado uma tendência desde então.

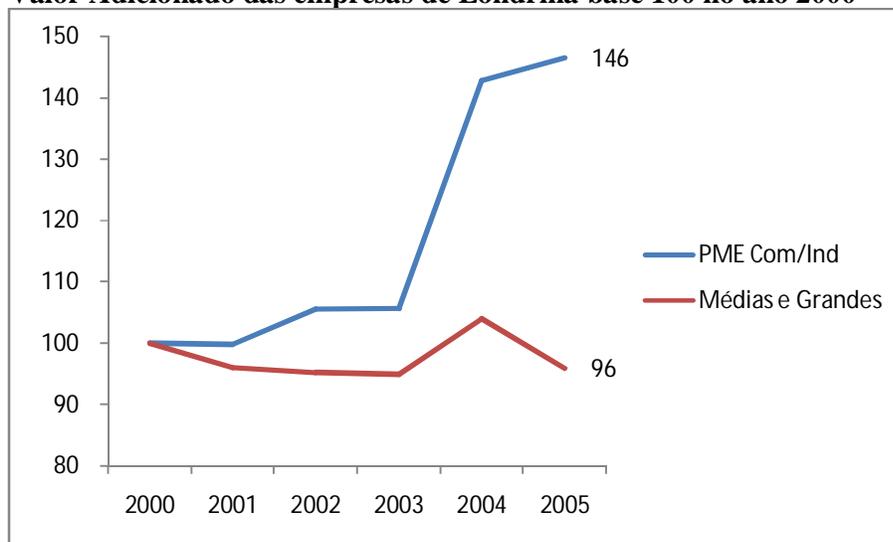
**Tabela 8 Variação percentual das Saídas das empresas de Londrina**

Saídas	2001	2002	2003	2004	2005
MPEs Com/Ind.	9,84	6,87	11,27	6,69	5,68
Médias e Grandes	16,32	17,11	11,10	17,91	(0,04)
Todas as empresas DFC	15,19	15,41	11,13	16,19	0,77

Fonte: Dados das Declarações Fisco Contábeis 2000 a 2005.

Na figura 3 verifica-se o desempenho das PMEs e Médias e Grandes no Valor Adicionado VA tomando por base 100 o ano de 2000. Enquanto as MPEs o desempenho atingiu ao final de 2005 o escore de 146 as Médias e Grandes ficaram em 96, ou seja, além do desempenho superior as MPEs há uma tendência de crescimento das MPEs no VA, enquanto a tendência das Médias e Grandes é de declínio.

**Figura 3 Valor Adicionado das empresas de Londrina base 100 no ano 2000**



Fonte: Dados das Declarações Fisco Contábeis 2000 a 2005

A comparação que se faz mais adiante é fundamental para a verificação do crescimento ou estagnação das PMEs nesse estudo. Vai se comparar seu desempenho em termos percentuais, da categoria, ano a ano, pelos dados das DFCs, com os dados do crescimento do Produto Interno Bruto PIB do Brasil e da cidade de Londrina entende-se que nessa comparação se verifica o verdadeiro desempenho ao longo do período, tanto as PMEs quanto das Médias e Grandes.

**Tabela 9 Variação percentual do PIB Brasil, do PIB de Londrina e do Valor Adicionado das empresas de Londrina**

Ano	2001	2002	2003	2004	2005
Crescimento % do PIB no Brasil	4,4	2,1	(1,9)	8,6	2,4
Crescimento % do PIB em Londrina	5,5	2,0	3,4	4,2	(3,0)
MPEs Com/Ind.	9,8	6,9	11,3	6,7	5,7
Médias e Grandes	16,3	17,1	11,1	17,9	(0,0)

Fonte: Dados das Declarações Fisco Contábeis 2000 a 2005 e IBGE (2015).

Na tabela 9 estão representadas as porcentagens, entre 2001 e 2005, do desempenho dos PIBs do Brasil e de Londrina, e do desempenho das MPEs e das Médias e Grandes empresas quanto ao seu valor adicionado, ou riqueza gerada. Nota-se que todas as empresas comerciais e industriais de Londrina tiveram desempenho superior ao PIB local de do país. A exceção ocorreu apenas em 2005 para as Médias e Grandes que tiveram zero de crescimento no seu VA. Destaca-se, portanto, que as MPEs geram riqueza ao longo desses anos de forma superior tanto ao PIB local e nacional, quanto das empresas maiores, mesmo em uma estrutura de mercado de competição perfeita. As causas desse fenômeno merecem mais estudos no futuro.

**Tabela 10 Valor Adicionado Londrina em milhões R\$ e o percentual de comparação com o PIB local**

Valor Adicionado	2000	%	2001	%	2002	%
MPEs Com/Ind.	326	8,9	363	9,4	390	8,9
Médias e Grandes	1.127	30,7	1.232	31,8	1.445	32,9
Total das empresas	1.450	39,5	1.595	41,2	1.836	41,8
PIB de Londrina	3.673	100,0	3.873	100,0	4.394	100,0

Valor Adicionado	2003	%	2004	%	2005	%
MPEs Com/Ind.	457	8,6	553	9,5	598	9,8
Médias e Grandes	1.771	33,3	2.186	37,5	1.982	32,4
Total das empresas	2.229	41,8	2.738	46,9	2.580	42,2
PIB de Londrina	5.325	100,0	5.835	100,0	6.115	100,0

Fonte: Dados da Declarações Fisco Contábeis 2000 a 2005 e IBGE (2015).

Mesmo tendo um desempenho maior no crescimento de sua riqueza as MPEs representam pouco da riqueza total como a tabela 10 esclarece. Não chega a 10% a riqueza gerada pelas MPEs nos anos de 2000 a 2005, enquanto as Médias e Grandes responderam por mais de 30% em cada ano. Lembrado que esse estudo não focou as empresas prestadoras de serviço e as demais atividades geradoras de riqueza como os salários, alugueis, juros, etc. As MPEs são mais de 8 mil em Londrina contra 500 médias e grandes, ou seja, 16 vezes mais. Mas, quanto ao valor adicionado, riqueza, gerado as Médias e Grandes são em média 4 vezes maiores que as MPEs.

**Tabela 11 Índice de Geração de Riqueza iGR das MPEs de Londrina 2000 a 2005**

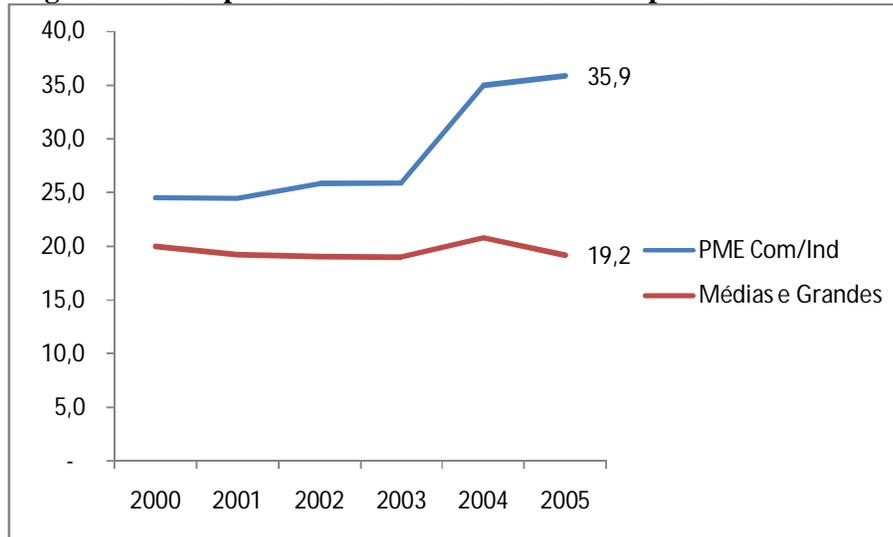
iGR PMEs Londrina	2000	2001	2002	2003	2004	2005
MPEs Com/Ind	24,5	24,5	25,9	25,9	35,0	35,9
Médias e Grandes	20,0	19,2	19,0	19,0	20,8	19,2
Todas as empresas DFC	24,4	24,3	25,6	25,5	34,2	35,0

Fonte: Dados das Declarações Fisco Contábeis 2000 a 2005.

O Índice de Geração de Riqueza elaborado, medido e testado para nesse estudo tem na tabela 11 os seus resultados. Conforme se discorreu no quadro 3 calculou-se o iGR de todas as empresas, MPEs e as médias e Grandes. Para não apresentar todos aqui, o que seria impossível por se tratar em alguns casos de mais de 9 mil empresas num só ano, calculou-se a média do conjunto das empresas. As MPEs tiveram médias superiores de iGR em todos os anos. As médias dos iGR das MPEs foram de 20% em 2000 para 19,2% em 2005. As médias dos iGR das Médias e Grandes empresas foram de 25% em 2000 para 35,9% em 2005. Números que revelam aumento da geração da riqueza nas MPEs e diminuição da riqueza gerada nas Médias e Grandes empresas. Essas evidências eram esperadas já que a figura 3 adiantava de algum modo essa observação.

Na figura 4 a seguir verifica-se também, tal com na figura 3, tendência de crescimento do iGR das MPEs e tendência de decréscimo das Médias e Grandes empresas. Pode-se assumir com esse resultado que as MPEs tem criação de valor acima da média das outras empresas, o que pode ser considerado benéfico para as empresas e para a sociedade londrinense dada a dimensão das MPEs.

**Figura 4 Média percentual do Adicionado das empresas de Londrina**



Fonte: Dados das Declarações Fisco Contábeis 2000 a 2005.

indicador **Valor Adicionado Das Micro E Pequenas Empresas VAMPEs** é apresentado no quadro 5. Os percentuais variaram pouco, entretanto, pode-se verificar a significância dessa categoria de empresas na economia local. A soma de toda a riqueza gerada em Londrina vem pelos valores adicionados das MPEs, que nos anos de 2001 a 2005 ficaram em torno de 15%.

Quadro 5 VAMPEs

Ano	VAPME em %
2001	15,7
2002	14,3
2003	14,7
2004	15,1
2005	16,4

Fonte; DFCs 2001 a 2005.

### Considerações finais

Esse estudo teve como problema a ser verificado a falta de dados e indicadores econômicos que ajudem na interpretação do desempenho econômico das micros e pequenas empresas MPEs de Londrina PR. O objetivo principal foi verificar novos meios de medir o desempenho dessas empresas pelas DFCs do Paraná.

As Declarações Fisco Contábeis DFCs foram utilizadas para apresentar dois novos indicadores. O primeiro, aqui nomeados de Índice de Riqueza Empresarial IRQ, baseado no percentual de riqueza que cada empresa representa de seu setor. O segundo usando as DFCs trazendo a relação entre valor adicionado e valor de saídas chamado aqui de Desempenho DFC.

Avaliando o desempenho das Saídas, as Médias e Grandes cresceram mais que as PMEs no período e essas empresas todas cresceram mais que os produtos internos brutos PIB local e nacional. Os cálculos desse estudo apontaram para um desempenho superior das MPEs de Londrina PR nos quesitos crescimento de **Índice de Geração de Riqueza iGR**, de 24,5% em 2001 para **35,9%** em 2005. No indicador **Valor Adicionado Das Micro E Pequenas Empresas VAMPEs** o resultado apurado foi de aproximadamente **15%**, ou seja, significativa participação das MPEs na riqueza de Londrina, embora com espaço para crescer.

O estudo das MPEs de Londrina trouxe avanços em conhecimento para seu autor e, acredita-se, que os leitores do estudo podem beneficiar-se igualmente. A maior contribuição, entretanto, deve ser para as MPEs de Londrina que podem conhecer melhor o desempenho do setor nesses anos. Como a instituição de novos indicadores é bem vinda, a área de análise microeconômica ganha mais ferramentas para verificação dos desempenhos das empresas.

As declarações fisco contábeis apresentam dados para fins tributários, logo, seu uso para outros fins pode ocorrer, mas, com as limitações de não alcançarem maiores interpretações, já apresentam apenas o movimento de saídas, de entradas e o saldo entre os dois, o valor adicionado. Não se conhece declarações fisco contábeis em outros estados do Brasil. Entretanto, existindo, mais estudos dessa natureza podem ser desenvolvidos.

Recomendam-se outros estudos com a mesma metodologia em outros setores de atividade econômica como, também, de outras cidades do Paraná.

## REFERÊNCIAS

- AHMAD, N.; SEYMOUR, R. G. Defining entrepreneurial activity: definitions supporting frameworks for data collection. Paris: Organisation for Economic Co-operation and Development - OECD, 2008. 18 p. (OECD statistics working papers, 2008/1). Recuperado em 13/07/2015 <[http://www.oecd-ilibrary.org/economics/defining-entrepreneurialactivity\\_243164686763](http://www.oecd-ilibrary.org/economics/defining-entrepreneurialactivity_243164686763)>.
- BESANKO, D., BRAEUTIGAM, Ronald R. Microeconomia: Uma abordagem Completa. 1ª edição. LTC, Rio de Janeiro, 2002.
- BRASIL. Decreto 1264/1994. Criação da Comissão Nacional de Classificação CONCLA. Recuperado em 13/07/2015 de <http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/decreto%201264.pdf>
- BRASIL. Decreto 3500/2000. Modificação da Comissão Nacional de Classificação CONCLA. Recuperado em 13/07/2015 de <http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/decreto%203500.pdf>
- BRASILa. Portal Empreendedor. Lei Complementar 128/2008. Recuperado em 13/07/2015 <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/microempreendedor-individual-mei/leis>
- BRASILb. Portal Empreendedor. Lei Complementar 123/2006. Recuperado em 13/07/2015 <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/microempreendedor-individual-mei/leis>
- BRASILc. Portal Empreendedor. Constituição Federal de 1988. Recuperado em 13/07/2015 de <http://www.portaldoempreendedor.gov.br/legislacao/microempreendedor-individual-mei/constituicao-federal>
- BRASILd. Lei 6.404/1976 .Dispõe sobre as Sociedades Anônimas. Recuperado em 13/07/2015. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L6404consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L6404consol.htm)
- CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Fiscal Recuperado em 13/07/2015 de <http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/CNAE%20Fiscal.pdf>
- CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Subclasses Recuperado em 13/07/2015 de <http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/>
- CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Subclasses Versão 2.1 Recuperado em 13/07/2015 de <http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/Manual+CNAE+2-1+-+alterado+15-12-2011.pdf>
- CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Subclasses Versão 2.1 Recuperado em 13/07/2015 de [http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/CNAE%202.1%20estrutura%20detalhada\(1\).pdf](http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/CNAE%202.1%20estrutura%20detalhada(1).pdf),
- CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Subclasses Versão 1.1 Recuperado em 13/07/2015 de <http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/estrutura%20cnae-fiscal%201.1.pdf>
- CNAE Classificação Nacional de Atividades Econômicas – Subclasses Versão 1.0 Recuperado em 13/07/2015 de [http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/CNAE20\\_Subclasses\\_EstruturaDetalhada\[1\].pdf](http://subcomissaoacnae.fazenda.pr.gov.br/UserFiles/File/CNAE/CNAE20_Subclasses_EstruturaDetalhada[1].pdf)

COOPER, Donald R.; SCHINDLER, Pamela S. **Métodos de pesquisa em administração**. Porto Alegre: Bookman, 2003.

GEM Global Entrepreneurship Monitor. Empreendedorismo no Brasil 2013. Recuperado em 13/07/2015 de [http://www.ibqp.org.br/upload/tiny\\_mce/GEM\\_2013\\_-\\_Livro\\_Empreendedorismo\\_no\\_Brasil.pdf](http://www.ibqp.org.br/upload/tiny_mce/GEM_2013_-_Livro_Empreendedorismo_no_Brasil.pdf)

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GONÇALVES, Elisa Pereira. *Iniciação à pesquisa científica*. 4. Ed. – revisada e atualizada. Campinas, SP: Editora Alínea, 2007.

Jornal de Londrina (2013). Londrina tem seis entre as mil maiores empresas do Brasil

Recuperado em 13/07/2015 de

<http://www.jornaldelondrina.com.br/londrina/conteudo.phtml?tl=1&id=1497331&tit=Londrina-tem-seis-entre-as-mil-maiores-empresas-do-Brasil>

KNIGHT, Frank. Risco, Incerteza e Lucro. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1972, p.385, cap. 8 e 9.

MUNICÍPIO DE LONDRINA. Dados das Declarações Fisco Contábeis de 2001 a 2005. Arquivos eletrônicos cedidos pela Secretaria da Fazenda do Município de Londrina.

PARANÁ. Decreto 6.808/2012. Regulamento do ICMS. Recuperado em 13/07/2015 de <http://www.sefanet.pr.gov.br/dados/SEFADOCUMENTOS/106201206080.pdf>

PARANÁ. Lei 11.580/1996. Recuperado em 13/07/2015 de <http://www.sefanet.pr.gov.br/SEFADocumento/Arquivos/7200511580.pdf>

PENROSE, Edith. A Teoria do Crescimento da Firma. Editora Unicamp. 2002. cap. 2

PINDYCK, Robert S. RUBENFELD, Daniel L. Microeconomia. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006

RICHARDSON, Robert J. **Pesquisa Social**. 3º ed. São Paulo: Atlas, 1999.

SAUAIA, A. C. A. Monografia Racional. *Anais do 1º. SEMEAD – Seminários em Administração*. Volume 01, Setembro, 1996, p.276-94. PPGA/FEA/USP/SP.

SCHUMPETER, J. Capitalismo, Socialismo E Democracia — Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1961.

SCHUMPETER, J. Teoria do Desenvolvimento Econômico. São Paulo, Ed. Nova Cultural:1997.